



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000726-20.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Ligia Nishihara Veltrone**
 Requerido: **GIOVANNY FERNANDO FIDENCIO VAZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta a autora que na ocasião em apreço estava na garupa de uma motocicleta de sua propriedade que trafegava pela Av. São Carlos, quando no cruzamento com a Rua Treze de Maio foi abalroada pelo automóvel dirigido pelo réu, proveniente dessa via secundária.

Atribuiu a responsabilidade do evento ao réu porque não obedeceu à sinalização de parada obrigatória que havia para ele.

Já o réu confirmou que estava na Rua Treze de Maio e parou antes de ingressar na Av. São Carlos, fazendo-o em seguida e sendo na sequência colhido na traseira pela motocicleta em que estava a autora.

Como esta colidiu contra a traseira de seu automóvel, não teria culpa alguma pelo que sucedeu, tanto que formulou pedido contraposto para o ressarcimento dos danos que sofreu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É incontroverso que no cruzamento em que se deram os fatos a preferência de passagem era da motocicleta em que estava a autora, a qual trafegava pela Av. São Carlos, tendo em vista a existência de sinalização de parada obrigatória para o réu que vinha pela Rua Treze de Maio.

Tal sinalização não impunha a esse motorista apenas a obrigação de estancar sua marcha antes de começar a travessia do cruzamento e ingressar na Av. São Carlos, mas de retomá-la em condições de absoluta segurança para não interceptar a trajetória de veículos que trafegassem na via preferencial.

Isso se afigura ainda mais relevante quando se sabe que a Av. São Carlos é uma das principais vias de trânsito da cidade.

A circunstância apontada já atua em desfavor do réu, tendo em vista que a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de há muito se posiciona no sentido de responsabilizar exclusivamente o motorista que desrespeita a placa de parada obrigatória por acidentes como o dos autos.

Nesse sentido: Apelação n. 9216893-17.2009.8.26.0000, rel. Des. **CARLOS NUNES**, j. 30.1.2012; Apelação n. 911938979.2007.8.26.0000, rel. Des. **EDUARDO SÁ PINTO SANDERVILLE**, j. 17.1.2012; RT 745/265.

Reconhece-se no mínimo a presunção de responsabilidade em situações dessa natureza, como já proclamou o mesmo Colendo Tribunal:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPABILIDADE. LOCAL SINALIZADO COM PLACA “PARE”. PRESUNÇÃO DE CULPA. CTB, ART. 44. DANO MATERIAL. Presume-se a culpa do motorista que conduzindo seu veículo, em infringência da placa de sinalização de parada obrigatória, avança a via preferencial, causando acidente de trânsito. Em razão disso, inverte-se o *onus probandi*, cabendo a ele a prova de desoneração de sua responsabilidade” (Apelação n. 0002156-38.2006.8.26.0070, rel. Des. **CLÓVIS CASTELO**, j. 26.3.2012).

“Acidente de trânsito. Danos materiais. Responsabilidade civil. Ação indenizatória. Motocicleta do primeiro réu que invadiu via preferencial. Inobservância da placa indicativa de “PARE”. Contexto probatório que anuncia culpa do condutor-réu. Via com sinalização de parada obrigatória. Presunção de culpa não afastada pelo réu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil” (Apelação n. 9131708-45.2008.8.26.0000, rel. Des. **VANDERCI ÁLVARES**, j. 21.3.2012).

“ACIDENTE DE TRANSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO DANOS MATERIAIS E MORAIS. Culpa exclusiva do demandado que, agindo de modo imprudente, invadiu cruzamento desrespeitando sinalização de parada obrigatória, interceptando a passagem da motocicleta conduzida pelo autor. Do acidente resultou sequelas na vítima, que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

lhe causa redução de sua capacidade de trabalho. Culpa exclusiva do requerido” (Apelação n. 3004644-04.2002.8.26.0506, rel. Des. **MARCONDES D'ANGELO**, j. 14.9.2011).

No mesmo sentido: Apelação n. 0002826-62.2010.8.26.0482, rel. Des. **PAULO AYROSA**, j. 3.4.2012, Apelação n. 0002118-32.2008.8.26.0498, rel. Des. **LUIZ EURICO**, j. 27.2.2012 e Apelação n. 0103046-90.2009.8.26.0001, rel. Des. **CAMPOS PETRONI**, j. 28.6.2011.

O quadro delineado reforça a culpa do réu, até porque nenhum elemento concreto foi amealhado para afastar a presunção que pesa contra ele.

Em momento algum foi comprovado que a motocicleta desenvolvesse velocidade excessiva na ocasião e nem mesmo a testemunha arrolada pelo réu, Benedito Osvaldo Boaventura, fez declaração nesse sentido.

Já as testemunhas Emerson Lopes e Cristiane Lopes prestaram depoimentos em sentido contrário, confirmando que a motocicleta desenvolvia velocidade compatível com o lugar.

Essas últimas, inclusive, patentearam a culpa do réu como causador do acidente.

A conjugação desses elementos firma convicção nesse sentido, seja porque o réu não parou antes de ingressar na Av. São Carlos, seja porque parou mas nela ingressou sem a necessária cautela, pouco importando que o impacto no automóvel do autor tenha sucedido em sua parte traseira.

A dinâmica fática extraída dos autos é absolutamente incompatível com outras que atinem a colisões traseiras, cumprindo registrar que na espécie vertente a circunstância do réu interceptar inadvertidamente a trajetória da motocicleta em que estava a autora foi o que rendeu ensejo ao embate na parte traseira do automóvel.

Acolhe-se, portanto, a pretensão exordial, com a rejeição do pedido contraposto.

Já o valor da indenização está amparado nos documentos de fls. 15/16.

Inexiste obrigatoriedade de apresentação de número mínimo de orçamentos a esse propósito, não tendo o réu de forma concreta demonstrado objetivamente a inidoneidade de tais documentos e em que medida eles contemplariam quantias em descompasso com os danos havidos na motocicleta.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação e **IMPROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 2.886,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2013 (época de elaboração do documento de fl. 15), e de juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**